

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado Federal LUIZ LIMA)

Cria o “Orçamento Criança” e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas especiais para o tratamento diferenciado que deve ser dado pelo Poder Público ao atendimento à primeira infância na elaboração das propostas orçamentárias e dos relatórios de execução orçamentária, em cada esfera de governo, nos termos do inciso I do 9º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando da elaboração de suas propostas orçamentárias anuais e dos relatórios trimestrais de execução orçamentária, farão constar, em Quadro Anexo específico, os valores destinados ao desenvolvimento de ações e programas de atendimento à primeira infância.

§ 1º O Quadro a que se refere o *caput* será denominado “Orçamento Criança”.

§ 2º Deverão constar do “Orçamento Criança”, as despesas setoriais educação, saúde, assistência social, bem como as relativas às ações intersetoriais que tenham as crianças de 0 a 6 anos e suas famílias claramente definidas como beneficiários diretos.

Art. 3º Compete ao Ministério da Cidadania a consolidação dos dados nacionais, a serem apresentados anualmente, juntamente com relatório analítico que permita avaliar os esforços dos diversos entes subnacionais e do governo federal na promoção das políticas para a primeira infância.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição reestabelece projeto de lei arquivado nesta Legislatura (PL nº 7.676, de 2017), de autoria da então Deputada Creuza Pereira, que objetivava criar o “Orçamento Criança”.

Como bem salientado pela então Deputada em sua proposição, o Brasil deu um importante passo no cumprimento de sua responsabilidade com um futuro digno e sustentável com a adoção da Lei nº 13.257/2016, defendida por todos os apoiadores da causa da criança brasileira e celebrada como o Marco Regulatório da Primeira Infância.

A disponibilidade e o fácil acesso e compreensão, pelos cidadãos, das ações, programas e projetos realizados pelo poder público na promoção e apoio às políticas de apoio à Primeira Infância constituem elemento essencial para que os princípios e dispositivos da Lei nº 13.257/2016 se traduzam em boas políticas públicas, assim avaliadas por seus efetivos resultados na promoção do desenvolvimento integral das crianças brasileiras.

Nesse sentido, a presente iniciativa coaduna-se com o disposto no *caput* do art. 11 da Lei nº 13.257/2016, que estabelece que as “políticas públicas terão, necessariamente, componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e divulgação dos seus resultados”, bem como com seu § 2º, que determina à União a obrigação de informar à sociedade a soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância e o percentual que os valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado, bem como colherá informações sobre os valores aplicados pelos demais entes da Federação.

Diante da importância da presente iniciativa para a gestão eficiente das políticas públicas destinadas à Primeira Infância, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 2019.

Deputado Federal LUIZ LIMA

2019-11881